

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PINHEIRO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS
HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA

NÁDIA FERNANDA BORGES

ENTRE O PODER E A CRUZ: missionários e nativos no Estado do Maranhão e Grão-Pará
(Século XVI – XVIII)

Pinheiro

2016

NÁDIA FERNANDA BORGES

ENTRE O PODER E A CRUZ: missionários e nativos no Estado do Maranhão e Grão-Pará
(Século XVI – XVIII)

Artigo apresentado à Universidade Federal do Maranhão, Campus Pinheiro, como pré-requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Habilitação História.

Orientador: Prof. Dr. Rickley Leandro Marques.

Pinheiro
2016

NÁDIA FERNANDA BORGES

ENTRE O PODER E A CRUZ: missionários e nativos no Estado do Maranhão e Grão-Pará
(Século XVI – XVIII)

Artigo apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Pinheiro-MA, como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas, habilitação em História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rickley Leandro Marques (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão
Doutor em História

Prof. Dimas dos Reis Ribeiro (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão
Doutor em Serviço Social

Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes
Universidade Federal do Maranhão
Doutor em História

À minha mãe Maria José Borges, por me incentivar, estender as mãos nos momentos difíceis e principalmente pelo seu amor incondicional.

Aos meus filhos Emilly Borges Furtado e Emanuel Borges Furtado que foram meu maior incentivo nesta caminhada.

Às minhas irmãs Naura Regina Borges e Maura Rejane Borges pela grande força.

À minha tia/madrinha Lourença Furtado Silva (*in memoriam*) que sempre me apoiou em todas as decisões de minha vida.

Ao meu pai/avô Antônio Borges (*in memoriam*) que foi um grande incentivador em todos os momentos de minha vida

AGRADECIMENTOS

Depois de um longo período de leituras e pesquisas, eis que é chegada a hora de fazer os devidos agradecimentos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, meu pai, que me permitiu chegar até aqui, me dando força e ânimo nos momentos em que fraquejei e pensei em desistir.

À minha mãe querida, pelo total apoio. Mulher que foi nossa mãe-pai e agora faz também o papel de avô-avó, não tenho palavras que possam expressar o quanto sou orgulhosa de tê-la como mãe. Obrigada por tudo. Amo-te.

Às minhas irmãs Naura Regina Borges e Maura Rejane Borges, sempre me acompanhando e me apoiando em tudo.

À minha tia-madrinha Lourença Furtado Silva, que não está mais entre nós, mas quero deixar registrado meu agradecimento a essa pessoa que teve enorme participação em minha vida. Saudades eternas.

Ao meu pai-avô Antônio Borges, que também partiu para a glória, mas que muito contribuiu para que eu chegasse até aqui. Obrigada meu eterno vovô.

Aos meus amados filhos Emilly Borges Furtado e Emanuel Borges Furtado, meus maiores incentivadores. Vocês são responsáveis por eu ter chegado até aqui.

Aos meus colegas e amigos da graduação, Aliadne Raíssa, André Luís, Angélica Costa, Karla Érika, Gildslayne Pinheiro, Suelen Renata, Samir Roland, Liliane Castro, Diêgo Nunes. Pessoas que muito me incentivaram e me deram total apoio nos momentos difíceis desta caminhada. Vocês conquistaram o meu afeto e estarão para sempre no meu coração. Eternamente grata por ter vocês em minha vida acadêmica e pessoal.

Ao Edilson Júnior também quero deixar meu agradecimento especial por ter me aturado e ajudado tantas vezes. Muito obrigada!

Ao Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi, que foi extremamente paciente comigo por esse longo período. Devo a você grande parte do meu amadurecimento acadêmico, pois, do contrário não teria chegado até aqui.

Ao celebrar o final desta longa caminhada, quero agradecer especialmente ao Prof. Dr. Dimas Reis Ribeiro, pelo grande apoio e por ter contribuído para a elaboração deste projeto. Você me deu apoio nas horas mais difíceis dessa caminhada. Das mais variadas formas dedicou seu tempo a me transmitir uma das maiores virtudes que se pode ter: o conhecimento. Suas atitudes, ensinamentos, exemplos e incentivos colaboraram para que eu fosse além dos meus limites e medos. Hoje sei que nossos melhores mestres não foram os que

nos ensinaram as respostas, mas, sim, aqueles que nos ensinaram a questionar, a duvidar, a pensar e a sonhar. Eternamente grata.

Por fim gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Rickley Leandro Marques, pela força, incentivo e principalmente por ter depositado sua confiança em mim. Muito obrigada!

“O pregador evangélico será pago não só pelo que semeia como pelas distâncias que percorre, e não volta nem mesmo diante das dificuldades que a natureza lhe apresenta: as pedras, os espinhos, as aves, o homem. Cristo ordenou que se pregasse a todas as criaturas porque há homens-brutos, homens-pedras, e homens- homens. O que aconteceu com a semente do Evangelho aconteceu com os missionários do Maranhão. Não age mal o pregador que volta à busca de melhores instrumentos. Este sermão servirá de prólogo aos outros sermões quaresmais”.

(Padre Antônio Vieira, Sermões).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender o processo de colonização do Brasil, formação do Estado do Maranhão e Grão-Pará e a importância do padre Antônio Vieira no processo missionário no Maranhão. Para tanto, fez-se necessário uma abordagem histórica a fim de compreender o processo da expansão marítima portuguesa e a formação do território maranhense. Assim, abordarei as diferentes condições contidas na relação entre jesuítas, colonos e indígenas, por meio das representações construídas pelo Padre Antônio Vieira, que empreendeu várias maneiras para livrar os nativos da escravidão imposta pelos colonos, bem como o processo de aldeamentos, evangelização e aculturação dos nativos no Brasil. Buscando ainda compreender como o Padre Antônio Vieira moldou a experiência dos jesuítas no Maranhão e Grão-Pará em suas missivas escritas, com o intuito de reorganizar e promover o crescimento do apostolado jesuítico na região. Nessa articulação, o campo religioso se apresenta como instância capaz de mediar e integrar diferentes esferas, sendo elas: do parentesco, político e do identitário; dando sentido não só às transformações ocorridas como também aos processos de rupturas, continuidades e reapropriações. Para tanto, esta análise se fará através de demonstrações de como a religião é a principal mediadora que integra diferentes instâncias, num contexto de veiculação de identidades étnicas.

Palavras-chave: Jesuítas. Padre Antônio Vieira. Catequização. Maranhão

ABSTRACT

This study aims to understand the process of colonization of Brazil, state formation of Maranhão and Grão-Pará and the importance of Father Antonio Vieira in the mission process in Maranhão. Therefore, a historical approach was necessary in order to understand the process of the Portuguese maritime expansion and the formation of Maranhão territory. Thus, I will consider the different conditions contained in the relationship between Jesuits, settlers and indigenous, through the representations built by Father Antonio Vieira, who undertook several ways to free the natives from slavery imposed by the settlers, and the process of settlements, evangelization and inculturation native in Brazil. Seeking to understand how the Father Antonio Vieira shaped the experience of Ignatian in Maranhão and Grão-Pará in its written missives, in order to reorganize and promote the growth of the Jesuit apostolate in the region. In this joint, the religious field itself as authority able to mediate and integrate different areas, which are: kinship, political and identity; giving meaning not only to transformations that have occurred as well as the processes of ruptures, continuities and reappropriations. Therefore, this analysis will be done through demonstrations of how religion is the main mediator that integrates different instances in the context of serving ethnic identities.

Key words: Jesuits. Father Antonio Vieira. Catechizing. Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA: PRIMEIRO CONTATO COM OS NATIVOS E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL	13
2 FORMAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ	17
3 ATUAÇÃO JESUÍTICA NO MARANHÃO: A importância do padre Antônio Vieira no restabelecimento desta missão.....	21
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5 REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

No presente trabalho discutimos sobre a atuação jesuítica no Maranhão e a importância do padre Antônio Vieira. Para tanto, realizamos uma análise distribuída em três capítulos, no primeiro fizemos uma discussão-acerca das expansões marítimas e do processo de colonização ibérica. Procuramos observar a incorporação da população nativa ao universo português, a fim de compreender os diálogos e os modos possíveis de adequação entre portugueses, missionários e grupos indígenas diversos. No segundo capítulo destacamos o processo de formação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, bem como os conflitos ocorridos entre colonos e missionários para garantir suas posses naquele local. Além disso, esta pesquisa também faz uma análise sobre as cosmovisões indígenas e suas apropriações¹ pelos missionários neste primeiro contato no momento da Expansão do Império Português (BETHENCOURT & CURTO, 1901, p. 8-18). Para finalizar, o terceiro capítulo traz uma análise sobre as missões jesuíticas no Maranhão colonial e a presença emblemática do padre Antônio Vieira.

O Brasil de hoje é fruto do desenvolvimento histórico profundamente marcado pelo evento ocorrido por volta do ano de 1500, quando navegadores portugueses, no contexto da expansão mercantilista europeia, aportaram em terras por eles desconhecidas e se depararam, com povos nativos que até então viviam seus próprios processos históricos (RIBEIRO, 1995, p. 31-37). O ter “descobrimento” empregado na interpretação desse acontecimento reflete a dificuldade em falar sobre o Brasil e sua História. Pode ser aplicado à ideia cunhada por um discurso histórico “convencional” (ou dominante), segundo o qual o “Novo Mundo” (América) era um território aberto, esperando para ser “achado” e carente da civilização e do progresso trazidos pelos “descobridores”. “Conquista”, é uma expressão da crítica a este discurso, focalizando a experiência silenciada “dos dominados” e apontando para a forma como portugueses e espanhóis invadiram e subjugararam os povos originários do continente latino-americano. “Invenção” é um conceito que adquire significados diversos dependendo de quem o emprega. Ele pode referir-se à relação entre o evento da chegada de portugueses e as concepções acerca do além-mar desenvolvidas antes mesmo deste acontecimento, bem como à dimensão mítica que ele assume a partir destas concepções e das formas como são atualizadas ao longo da história (CHAUÍ, 2000, p. 57).

¹ Segundo Chartier (1989,1994, p. 26 -27), a apropriação visa uma história social das interpretações que são remetidas para suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e escritas nas práticas específicas que as produzem.

O Maranhão, com sua grande área territorial, tornou-se um Estado que se manteve separado administrativamente do Brasil, formando um elo direto com a Coroa, consequência do isolamento em relação à Bahia, sede do Governo Geral, e da dificuldade de comunicação interna, sendo mais fácil comunicar-se com Lisboa. A conquista a partir do litoral foi realizada lentamente. Durante o seu desenvolvimento depararam-se com várias nações indígenas, utilizando de violência para contê-las. Aliás, a violência contra os índios foi um instrumento bastante utilizado pelos portugueses no processo de colonização em todas as regiões do Brasil. Através dela conseguiu-se dominar e até mesmo destruir grande parte das nações indígenas que habitavam no litoral e nos vales dos rios.

Outro instrumento usado na dominação dos indígenas foi a ação catequética dos jesuítas, que contribuiu fortemente para ajustá-los ao processo de colonização. Como foi colocado anteriormente, as terras que atualmente correspondem ao Maranhão eram habitadas por indígenas, tanto no litoral como no interior. Os nativos eram os verdadeiros donos da terra. Os colonizadores não tratavam os indígenas como os legítimos donos do lugar. Pelo contrário, quando os europeus chegaram às terras que nos dias atuais formam o Brasil, sempre que tinham a oportunidade se beneficiavam do trabalho dos indígenas e exploravam as riquezas da terra. Essa era a atitude tanto de portugueses quanto de holandeses e franceses.

No Estado do Maranhão, muitos indígenas foram escravizados para trabalhar na extração do pau-brasil e posteriormente na extração das chamadas drogas do sertão (cacau, cravo, baunilha, salsaparrilha e óleos vegetais, como andiroba e copaíba). Naquela época, os portugueses eminentemente católicos e movidos por interesses religiosos e econômicos acreditavam que deviam converter os povos das terras colonizadas ao catolicismo. Para realizar esse trabalho, enviaram padres jesuítas à Colônia. Esses missionários criavam e dirigiam as chamadas missões. Nelas, os indígenas adquiriam valores semelhantes aos dos europeus. Nas missões viviam indígenas de diferentes povos. Como o objetivo era que eles adquirissem valores semelhantes aos dos europeus, os indígenas eram proibidos de praticar suas tradições culturais, como danças, músicas e rituais, além da pesca e da caça, que foram substituídas pela plantação de lavouras e pela criação de gado. Os indígenas tinham de trabalhar muitas horas por dia e obedecer a horários bem rígidos para fazer coisas que não eram comuns à sua cultura, como rezar, e aprender a ler e escrever. Aprendiam também alguns ofícios, como o de pedreiro e carpinteiro.

Ao contrário dos jesuítas, os colonos tinham outros interesses com relação aos povos indígenas. Para eles, os nativos deveriam ser escravizados a fim de trabalhar nas lavouras e servir aos europeus. Como vimos, para os padres jesuítas, os nativos precisavam

ser convertidos ao catolicismo. Os colonos eram mais brutos em seu recrutamento, caçando os indígenas e os escravizando. Já nas missões jesuítas os indígenas não eram escravizados, mas também não eram totalmente livres, pois tinham de obedecer aos padres e abandonar seus hábitos e sua cultura, ou seja, acabavam por perder mesmo que involuntariamente, sua identidade. Houve muitos conflitos entre colonos e jesuítas, uma vez que os padres não concordavam com a escravidão dos indígenas. Crianças indígenas que viviam nas missões frequentavam as escolas construídas pelos jesuítas nos aldeamentos. Lá elas aprendiam coisas como ler, escrever e tocar instrumentos musicais. Além disso, eram catequizadas pelos padres, ou seja, convertidas à religião católica, tendo de aprender a rezar e cantar hinos religiosos.

1 EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA: PRIMEIRO CONTATO COM OS NATIVOS E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

A conquista de Ceuta², em 1415, foi o momento fundador da diáspora global portuguesa. Durante o século XV, os Portugueses levaram a cabo várias missões de reconhecimento no Atlântico Central e Sul, que os conduziram à descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira, dos Açores, do arquipélago de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, e a exploração da costa ocidental de África (BETHENCOURT & CURTO, 1955, p. 08). A necessidade de fornecer a mão de obra dos escravizados africanos à crescente economia do açúcar ligou o Brasil à África Ocidental e estruturou todo o sistema do Atlântico Sul. No século XVI, o povoamento português da América do Sul progrediu lentamente, não obstante o encorajamento da coroa, na forma da concessão de privilégios reais às viagens ultramarinas e do estabelecimento, na década de 1530, de capitánias donatárias, enormes concessões de terra por parte do rei, acompanhadas da outorga de vários poderes governamentais. Houve três fatores principais responsáveis pela definição de um primeiro projeto imperial para a América do Sul: a necessidade de contrariar os projetos franceses de colonização; a tentativa de repetir o que os Espanhóis tinham conseguido com a descoberta das minas de Potosí; e o interesse pela obtenção de novas fontes de receita para compensar a primeira crise da Índia (BETHENCOURT & CURTO, 1955, p. 11). Em 1549, o estabelecimento de um governo-geral na Bahia e a chegada dos primeiros missionários jesuítas deram um novo impulso ao desenvolvimento da colônia. Com o tempo, o poder dos capitães donatários foi reduzido, sendo por fim suprimido pelo Marquês de Pombal no século XVIII. Em simultâneo, a

² Primeira grande conquista portuguesa no âmbito das grandes navegações. Trata-se de local estratégico no Norte da África.

escavidão dos índios, justificada desde o século XVI pela noção de guerra defensiva, foi limitada na prática, devido a proteção que os jesuítas ofereceram aos nativos (BETHENCOURT & CURTO, 1955, p, 04 e 05).

A Companhia de Jesus viria a controlar uma grande parte da mão de obra indígena através da criação de aldeias nativas, seguindo uma estratégia que contou com o apoio da coroa e dos governadores. Consequentemente, os colonos, ávidos de mão-de-obra barata, e os missionários jesuítas, protetores dos índios, muitas vezes entraram em conflitos graves. Foi o caso das regiões mais pobres do Maranhão e do Pará, que careciam de recursos financeiros para a aquisição de escravizados africanos, e de São Paulo, onde a miscigenação portuguesa com as populações indígenas cedo originou uma política de incursões escravagistas no interior.

Embora as políticas jesuítas tenham certamente contribuído para o aumento da importação de escravizados africanos, a justificativa mais funcional para esta opção foi a resistência dos índios ao trabalho escravo e a sua vulnerabilidade às doenças europeias. Seja como for, o estatuto da escravização nunca foi questionado pela Companhia de Jesus, como demonstraram muito claramente os escritos do Padre António Vieira (LEITE, 1940, p, 298 - 299).

No dia 1º de maio de 1500, os portugueses fincaram uma grande cruz cristã nas terras que começavam a conquistar. A religião foi, nos anos seguintes, um importante instrumento para os portugueses transmitirem sua visão de mundo e seus valores. Conforme a Carta de Pedro Vaz de Caminha:

[...] pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali marcou o Capitão o sítio onde haviam de fazer a cova para fincar. [...] E com os religiosos e sacerdotes que cantavam, à frente, fomos trazendo-a dali, a modo de procissão. Eram já aí quantidade deles, uns setenta ou oitenta; e quando nos assim viram chegar, alguns se foram meter debaixo dela, ajudar-nos. Passamos o rio, ao longo da praia; e fomos coloca-la onde havia de ficar [...] Andando-se ali nisto, viram bem cento e cinquenta, ou mais. Plantada a cruz [...] armaram altar ao pé dela. Ali estiveram conosco, a ela, perto de cinquenta a sessenta deles, assentados todos de joelhos assim como nós. E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos, estando assim até chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar, como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção (Carta de Pedro Vaz de Caminha).

Conforme essa carta, esses moradores da terra falavam línguas próprias, tinham outros hábitos, rituais e formas de viver desconhecidas aos europeus. Conforme o relato, podemos perceber a visão parcial de Pedro Vaz de Caminha, como se o povo indígena tivesse

respeitado o culto cristão e que por isso não tivesse existido conflito entre o povo indígena e os europeus. Já Darcy Ribeiro, em sua visão um tanto quanto romântica, os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo (RIBEIRO, 1995, p. 42). Assim, a convivência “pacífica” deveu-se principalmente ao fetiche despertado pelas bugigangas.

Os europeus tomaram posse das novas terras sem considerar que nelas habitavam diversos povos indígenas. Os consideravam os nativos como selvagens pelo fato de muitos andarem nus, praticarem rituais desconhecidos e terem organizações sociais e econômicas bastante distintas das da civilização ocidental. Também julgavam que não possuíam religião por não acreditarem no Deus cristão. O modo de vida indígena era inaceitável para os padrões culturais europeus. Estas aplicações foram definidas a partir dos objetivos do poder temporal e do poder religioso que estiveram simultaneamente envolvidos no processo de colonização.

Inicialmente, a relação entre estes poderes se deu no campo da “invenção” e do “mito fundador” (CHAUÍ, 2000, p. 58). Mas foi na implantação do projeto colonizador que a atuação de cada um destes poderes e da relação entre eles se materializou.

Segundo Adilson Schultz: “a missão católica que celebrou a 1ª missa no Brasil confundia-se com o governo português que conquistou o país”. Ambos estavam igualmente imbuídos do imaginário das cruzadas que enfrentavam na Europa (SCHULTZ, 2005, p. 30).

O viajante e cronista português Pero de Magalhães Gândavo é o autor da primeira história do Brasil de que se tem notícia. Em sua obra “*Tratado da Terra do Brasil*”, lançada em 1576, ele comentava o que entendia ser selvageria e incapacidade dos índios para entender o catolicismo: “porque assim não tem fé, nem lei, nem rei; e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente³”. Esse trecho é um exemplo da visão que predominava entre os europeus a respeito das práticas sociais indígenas (GÂNDAVO, 1980, p. 176).

Para o colonizador, era um benefício ensinar aos povos indígenas a língua portuguesa e trazer-lhes o conhecimento da religião católica. Uma carta do padre jesuíta Manoel de Nóbrega, escrita em 1549, sobre a relação que os padres vinham estabelecendo com os povos indígenas da capitania da Bahia, afirma:

Todos estes que tratam conosco dizem que querem ser como nós [...]. Se ouvem tanger à missa já acodem e quando nos veem fazer tudo fazem: assentam-se de joelhos, batem nos peitos, levantam as mãos ao céu e já um dos principais deles aprende a ler e toma a lição de cada dia com grande cuidado, e em dois dias soube o ABC todo, e o ensinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos. Diz que

³ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 176.

quer ser cristão e não comer carne humana, não ter mais de uma mulher e outras coisas (LEITE, 1954, p. 110).

Desse modo, na visão dos colonizadores, estariam dando aos indígenas, sentido à sua existência e a possibilidade de salvação da alma. Essas seriam algumas das funções dos padres jesuítas que desembarcaram aqui em meados do século XVI. Os indígenas que resistiam ao contato com os colonizadores tornaram-se seus inimigos. Afinal de contas, eram mundos muito diferentes dentro do contexto da conquista da América. Para os europeus os nativos eram um povo sem lei, sem rei e principalmente sem fé. Ou seja, os índios eram páginas em branco, prontas para passar pelo processo de civilização, aculturação que propunham para os europeus (VAINFAS, 1989, p.21).

Segundo Karl Arenz, o que caracteriza os jesuítas dos séculos XVI a XVIII é a sua contribuição à teologia e à antropologia, no sentido de “enquadrar” os diferentes povos americanos, asiáticos e africanos até tentar “desconhecidos” nas cosmovisões euro-cristã. Arenz argumenta que os jesuítas conceberam conceitos novos e reinterpretaram os velhos, abrindo assim caminho para uma justificação bem ampla da atividade missionário-catequética junto aos “povos gentios”, inclusive os índios das missões. Destaca ainda que os jesuítas utilizaram o conceito de soberania dos povos e da liberdade sob tutela, ou seja, todos os povos tinham uma noção de seu pertencimento a uma sociedade e possuíam um tipo peculiar de organização. Nas missões, enfatiza, o objetivo era, “sem dúvida alguma, o de evangelização”. Os indígenas não precisavam abandonar seu modo de vida, apenas deviam se sujeitar a um “soberano católico” e integrar-se à cristandade.

Para Cristina Pompa (2003) as primeiras ações dos jesuítas foram baseadas em visitas às aldeias, onde os padres eram pregadores/missionários oficiais. Além disso, os missionários da Companhia de Jesus desempenharam o papel de pedagogos e catequizadores. Nos aldeamentos jesuítas, os índios eram educados para viver como cristãos. Esta ação incrementava a destribalização e violentava aspectos fundamentais da vida e da mentalidade dos nativos, como por exemplo, o trabalho na lavoura, atividade que era considerada extremamente feminina.

Do ponto de vista dos jesuítas, a destruição da cultura indígena (isso inclui todos os rituais indígenas e suas cosmovisões) simbolizava o sucesso dos aldeamentos e da política metropolitana inspirada por eles. Os religiosos argumentavam que as aldeias não só protegiam os nativos da escravidão e facilitavam sua conversão, como também forneciam uma força militar auxiliar para ser usada contra as tribos hostis, intrusos estrangeiros e os escravos bêbados. Entretanto, os efeitos dessa política eram tão agressivos e aniquiladores da

identidade nativa que, não raro, os índios preferiam trabalhar com os colonos, apesar de serem atividades mais rigorosas, pois estes pouco se envolviam com os seus valores, deixando-os mais livres (POMPA, 2003, p. 222-223).

Os jesuítas acreditavam poder preservá-los da escravidão exercida por colonos, catequizá-los e, principalmente, organizá-los em comunidades de trabalho coletivo sob seu direito e pleno controle. As aldeias missionárias proporcionaram um espaço importante para a reconfiguração das identidades indígenas ao longo do período colonial. Apesar do esforço de mostrar o quanto os novos cristãos haviam se afastado do seu passado pagão, os relatos dos missionários abundam em detalhes sobre não apenas as permanências como também as reformulações do universo social e simbólico, abalado que foi pelas epidemias, pelos deslocamentos espaciais e pela imposição da cosmologia cristã (MONTEIRO, 2001, p. 71).

2 FORMAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

O velho continente já chegava aos 1500 anos de cristianismo quando a América foi conquistada. O Tratado de Tordesilhas assinado em 1494 fazia a divisão das novas terras. Tudo o que fosse encontrado a Leste da linha de Tordesilhas seria de Portugal e as terras a Oeste seriam da Espanha. A linha foi traçada a partir do que é hoje Belém – PA até a cidade de Laguna – SC.

O processo de formação do Estado do Maranhão e Grão-Pará perdurou por muito tempo no Brasil. Essa região ocupou uma área muito grande da região Norte do Brasil e uma considerável parte do Nordeste. Eram estados independentes, apesar de as regras acerca da administração colonial por Portugal em sua maioria eram comuns aos dois Estados. Esse processo também caminhou junto com um período da História de Portugal que ficou conhecido como União das Monarquias Ibéricas. Aqui foi muito intensa a chegada de holandeses, franceses e ingleses em vários locais da colônia. A anexação do reino português ao espanhol perdurou sessenta anos (1580 a 1640).

Nesse período, várias capitanias foram constituídas, entre elas, constituiu-se a capitania do Ceará (1603), do Maranhão (1612), do Pará (1616), e um único Estado do Grão-Pará e Maranhão (1621). As dificuldades de comunicação marítima entre os estados do Maranhão e os estados do Brasil, como Pernambuco e Bahia, e a maior facilidade de comunicação entre os estados do norte com a Europa, sugeriu a ideia de separação dos dois estados com governos independentes e recebendo ordens diretas de Portugal (OLIVEIRA, 2011).

A ocupação do Maranhão, uma área enorme entre o Estado do Brasil e o Vice-Reino do Peru, foi realizada de forma bastante improvisada, afirma Cardoso (2002). Alimentada quase sempre por iniciativas individuais, a ocupação do Maranhão não era de interesse para a Coroa de Castela até a chegada de informações mais precisas sobre as atividades comerciais francesas realizadas na região. A Coroa Portuguesa unida à de Castela, só começara a ensaiar tentativas mais organizadas de ocupação quando as dúvidas sobre a viabilidade do empreendimento foram superadas pela certeza, certeza de que o Maranhão seria perdido de vez para sempre, caso não fosse integrado definitivamente ao império (CARDOSO, 2002, p. 28).

Argumenta ainda que o Maranhão não era só uma fronteira potencialmente produtiva, era também um território aberto à expansão da fé. E isto pode ser considerado como verdade, levando em consideração o fato de que as primeiras tentativas de conquista desse espaço foram feitas por missionários. O interesse pela conquista Amazônica foi crescendo na proporção em que missionários e navegadores tinham maior conhecimento acerca da região e sua importância. Desse modo, histórias construídas como as do Padre Luís Figueira em *A relação da Missão do Maranhão*, foram de fundamental importância para o rompimento do interesse da coroa em relação à região, pois ressaltava o perigo que seria a invasão naquela área (CARDOSO, 2002, p. 29).

Dez anos depois, Cardoso (2012) ressalta que, com a administração pombalina, várias mudanças ocorreram, isto é, passou-se a denominar Estado do Grão-Pará e Maranhão, se criou uma nova capitania régia, São José do Rio Negro, e as capitanias de donatários foram incorporadas pela coroa. Em meados dos anos 1770, surgem duas unidades separadas, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí. O Piauí permanece unido ao Maranhão até princípios da década de 1810. Para aquele autor, a criação do Estado do Maranhão tem que ser entendida no contexto da união das coroas ibéricas, ainda mais pelo fato de situar-se geograficamente no meio das possessões portuguesas e espanholas da América do sul. Um dos principais argumentos que levou à criação do Estado do Maranhão foram as cada vez mais claras dificuldades de navegação entre a costa brasileira e as possessões setentrionais, definidas pela tomada da cidade de São Luís do Maranhão aos franceses, em 1615, e pela fundação da cidade de Belém do Pará, em 1616; inclusive, até o século XIX, era mais fácil navegar de São Luís e Belém a Lisboa do que às cidades e vilas da costa brasileira (CARDOSO, 2012, p.178-179). Por outro lado, a criação do Estado do Maranhão se articula à tentativa da monarquia dual de incrementar a defesa de suas possessões do assédio principalmente das Províncias Unidas. Assim, a conquista e

colonização da região, nas primeiras quatro décadas do século XVII, são marcadas pelos embates contra outras nações europeias, como holandeses, franceses e ingleses, além de conflitos com diversos grupos indígenas da região (*Idem*, p. 179).

Por outro lado, para Cabral, a extensão do Estado do Maranhão revela a sua heterogeneidade ambiental e a diversidade da ocupação de seu território. Assim, do ponto de vista econômico, podemos definir algumas regiões que mantiveram certa homogeneidade ao longo do tempo, marcadas pela exploração das drogas do sertão (a oeste), por uma economia agrícola de policultura (nos rios próximos a Belém e na Ilha de São Luís, que a partir de meados do século XVIII a coroa procurou tornar mais eficiente, por meio do incentivo ao cultivo de produtos exportáveis, como o arroz), de criação de gado (no arquipélago do Marajó e na porção mais oriental do Estado, na fronteira das capitanias do Maranhão e do Piauí) e pela produção de algodão e arroz em finais do século XVIII e princípio do século XIX (ao sul da capitania do Maranhão) (CABRAL, 1992, p. 47).

Onipresente em toda a região amazônica (correspondente à porção central e ocidental do Estado do Maranhão) foi o cultivo da mandioca e seus inúmeros usos notadamente como farinha. Se a coleta das drogas, as expedições ao sertão, a criação de gado e o plantio de cacau e açúcar, e mais tarde de algodão e arroz, dominaram as atividades econômicas do vasto Estado do Maranhão, a farinha foi essencial a todas elas, pois constituiu a base da alimentação da heterogênea população colonial, tornando-se, inclusive, moeda para pagamento das tropas (*Idem*).

A influência indígena é aqui fundamental, muito embora a referência à mandioca, ao seu cultivo e seu processamento como farinha dificilmente apareça de maneira explícita, por exemplo, nas doações de terras (CABRAL, 1992, p. 47-48).

Cardoso observa que grande parte da ocupação do Estado do Maranhão seguiu os cursos dos rios, por meio dos quais se definia principalmente a distribuição de terras em sesmaria. Assim, notadamente na parte propriamente amazônica, o que poderíamos denominar de “fluvialidade” marca decisivamente (em alguns lugares até hoje) o sentido da presença europeia na região, já que as comunicações e o transporte se faziam notadamente pelos rios (principalmente nas capitanias do Pará e do Maranhão). Essa “fluvialidade”, por outro lado, revela a importância das populações indígenas para entender os sentidos da ocupação do espaço. Isso fica claro na própria toponímia que se mantém até hoje. Excetuando-se o grande rio Amazonas e alguns outros menores, a influência do vocábulo nativo dos rios revela a marca da presença dos grupos indígenas e da inevitável relação que os

portugueses tiveram que estabelecer com eles para manter o seu domínio, ainda que fragmentado, sobre esse imenso território (CARDOSO, 2012, p. 179).

Em relação à ocupação agrícola e pastoril, que tomou principalmente as regiões centrais e orientais do Estado do Maranhão, no que diz respeito à distribuição de terras em sesmaria, diferentemente do que ocorreu no Estado do Brasil, houve uma centralização dessa faculdade nas mãos dos governadores do Estado, mesmo quando se tratava de distribuição de terras em capitanias de donatários. Assim, praticamente não há registro de terras concedidas por outras autoridades, o que significou uma utilização da concessão de datas⁴ por parte das autoridades régias não só como instrumento político, mas igualmente como forma de ordenar a própria ocupação econômica do território. Um exemplo nesse sentido é a expansão pelos rios dos limites entre as capitanias do Maranhão e do Piauí. Ao passo da realização de guerras contra os índios, comandadas principalmente pelos governadores, nas duas primeiras décadas do século XVIII, seguiu-se uma considerável distribuição de terras a moradores que já estavam na região ou vinham de São Luís (por volta de 290 datas, entre 1723 e 1732, concedidas em dois governos). Esse movimento permitiu a consolidação do povoamento da região por meio da eliminação ou pacificação dos grupos indígenas e da legitimação da posse dos moradores da região oriental do Estado do Maranhão (CARDOSO, 2012, p. 181-183).

Nos anos iniciais da Conquista da Amazônia, permanece a existência das capitanias criadas em 1630, a saber, o Maranhão e Pará. Embora a confirmação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, autônomo em relação ao Estado do Brasil, seja de 1621, sabemos que desde o final de 1612 já existia uma disposição favorável em relação a essa solução. No ano de 1618, a criação de uma nova unidade político-administrativa era uma decisão plenamente constituída. Para esse novo governo, Felipe III tinha um candidato, tratava-se do espanhol D. Diego de Cárcamo, primeiro governador do Maranhão (CARDOSO, 2002, p. 30).

Em meados do século XVIII transformou-se em Estado do Maranhão e Grão-Pará e assim se manteve até o ano de 1770. No início deste mesmo século, o Estado do Maranhão e Grão-Pará era formado por três capitanias reais. São elas: capitanias do Pará (da qual Belém era sede), capitania do Maranhão (da qual São Luís era sede) e por fim a capitania do Piauí (cujas sede era a Vila de Mocha). No interior e nas divisas dos territórios das capitanias do Pará e do Maranhão havia capitania de donatários, a saber, Caeté, Cameté e Joanes (no Pará) e Tapuitapera ou Cumã ou ainda Alcântara (no Maranhão). Havia no Maranhão uma vila criada por iniciativa da coroa, Santa Maria de Icatú, e no Pará existia a vila de Vigia de Nazaré,

⁴ Divisão em possessões territoriais (lotes).

erigida no século XVII por iniciativa privada (AZEVEDO, 1901, p. 189). Essas capitanias usavam recursos próprios dos donatários, desobrigando o rei de qualquer culpa ou responsabilidade em caso de perdas. Enquanto que na capitania do rei, todo e qualquer custo ficava por conta da própria coroa (Idem).

A concessão do território que ia da baía da Traição até o Maranhão se deu antes da formação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, isso no início do sistema de capitanias no ano de 1535. A área territorial da região norte da Terra de Santa Cruz foi concedida a quatro donatários, são eles: João de Barros, Antônio Cardoso de Barros, Fernão Álvares de Andrade e Aires da Cunha (PRADO, 1948, p. 276).

Geograficamente, o Estado do Maranhão e Grão-Pará formava uma região muito diversificada e essa seria uma das razões para despertar o interesse dos portugueses em ocupar os vários territórios do Estado. A capitania do Maranhão estava situada entre as capitanias do Pará e do Piauí, a cana de açúcar era uma das principais atividades agrícolas desenvolvida no Maranhão. Maria do Socorro C. Cabral a ocupação da capitania do Maranhão ocorreu a partir de duas frentes de povoamento. Partindo do litoral, as vias de interiorização do Maranhão foram os rios Itapecuru, Monim, Mearim e Pindaré. Outra frente de povoamento atingiu o Sul do Maranhão no início do século XVIII, tratava-se da ocupação através da atividade pecuarista iniciada na Bahia e que atingiu o Maranhão e, posteriormente o Maranhão (CABRAL, 1992, p. 35-38). Neste momento, não por acaso, a partir da jornada do Maranhão, que já contava com a forte presença de jesuítas, os padres da Companhia de Jesus ganhavam grande importância, pois cabia a eles a importante missão de catequizar os nativos da região (Idem).

3 ATUAÇÃO JESUÍTICA NO MARANHÃO: A importância do padre Antônio Vieira no restabelecimento desta missão.

No Maranhão, todo o contexto eclesiástico teve início após a chegada das ordens religiosas, começando com os Capuchinhos trazidos pelo Frei Cláudio de Abbeville, sendo eles: Frei Ambrósio de Amiens, Frei Ivo d'Evreux e Frei Arsenio de Paris, que chegaram a terras maranhenses na primeira metade do século XVII, seguidos pelos padres da Companhia de Jesus (ARENZ, 2008, p. 110). Os jesuítas tiveram grande importância no movimento das Reformas Religiosas, que visava combater o protestantismo e ao mesmo tempo fortalecer a Igreja Católica. Como escritores, educadores, missionários, pregadores, catequizadores e

propagandistas, os jesuítas convertiam os “pagãos” ou reconduziam os protestantes ao seio da Igreja católica (ARENZ, 2008, p. 110).

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola e posteriormente reconhecida como instituição religiosa pela autoridade eclesiástica em Roma em 27 de setembro de 1540, através da bula do Papa Paulo III, intitulada *Regimini Militantis Ecclesiae*⁵. Comandados pelo Padre Manoel de Nóbrega, os seis primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 29 de março de 1549, nove anos depois da fundação da Companhia, juntamente com a Armada do Primeiro Governador Geral do Brasil Tomé de Souza (LEITE, 1943, p. 219-222).

Segundo Mayer (2010), as atividades iniciais dos jesuítas se deram no Estado da Bahia, mais precisamente em Salvador, estendendo sua ação no século XVI para o Sul, até São Vicente, região litorânea onde hoje é o Estado de São Paulo, para o Norte e até Pernambuco. Já a circunscrição administrativa da Companhia de Jesus no Maranhão e Grão-Pará deu-se entre os anos de 1639 e 1759. Mayer afirma ainda que a historiografia classifica o processo evolutivo da Missão no Maranhão e Grão-Pará em três grandes momentos: o primeiro foi a *Fundação*, no início do século XVII, quando foi constituída a Circunscrição administrativa da Companhia de Jesus sob a liderança do Padre Luís Figueira que não obteve êxito devido às invasões holandesas no litoral maranhense até o ano de 1644 e que veio a ocasionar não só a morte do Padre Luís Figueira, como também a de muitos de seus companheiros na Costa do Grão-Pará. O segundo momento foi o da *Expansão*, em que a situação da Companhia de Jesus se estabilizou fortemente com a chegada do conselheiro do rei-restaurador D. João IV, o Padre Antônio Vieira, que fez com que finalmente a Missão se firmasse e expandisse com sucesso absoluto, apesar dos problemas enfrentados pelos missionários como as grandes distâncias e as muitas dificuldades no deslocamento imposto pelo acesso entre a floresta tropical; por fim, temos o terceiro momento, que foi a *Consolidação* da Missão com o Padre João Filipe Bettendorff⁶. (MAYER, 2010, p. 23-24).

A Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará se fundamentou em uma extensa rede de missões nas quais foi improvisado um modo de vida peculiar, compartilhado por missionários e índios para além dos regulamentos oficiais⁷. A

⁵ O Papa III, diante de um mundo em expansão, necessitava de missionários para terras longínquas, como a América e o Oriente. Contava com os jesuítas para esta tarefa. Diante disso, verificou-se a necessidade de organizar a nova Ordem. Apresentada ao Papa em 27 de setembro de 1540, foi confirmada a ordem da Bula “*Regimini Militantis Ecclesiae*” que integra a “Fórmula do Instituto” onde está contida a legislação substancial da nova Ordem.

⁶ Sucessor de Padre Antônio Vieira, Superior Geral da Ordem jesuíta para a missão do Maranhão.

⁷ No ano de 1540, o papa Paulo III aprovou a criação da Ordem dos Jesuítas ou da Companhia de Jesus. Fundada pelo militar espanhol Inácio de Loyola, em 1534, inspirava-se na estrutura militar. Os jesuítas consideravam-se

administração portuguesa ainda não havia se instalado oficialmente e o sonho de conquista do Leste-Oeste estava cada vez mais distante e só complicava as relações da Missão com a sociedade colonial. Os jesuítas enfrentaram graves problemas com as autoridades governamentais dos lugares onde se instalaram. Maria Beatriz Nizza da Silva caracteriza isso como “incapacidade de compromisso político” – e sua insistência no monopólio da Companhia de Jesus sobre os indígenas produziram uma escalada de conflitos (Apud ARENZ, 2010, p. 32). No Maranhão, por exemplo, a ação missionária era uma grande ameaça à resistência do sistema colonial, isto porque os jesuítas se tornaram independentes e tinham como principal objetivo acabar com a prática do descimento e afastar os índios dos núcleos coloniais (ARENZ, 2010, p. 32).

A resistência por parte das autoridades locais e dos colonos às atividades jesuíticas no Maranhão e Grão-Pará começou ainda na fase fundacional da Missão. O panorama desses conflitos foi a dependência dos colonos da mão de obra indígena, o que gerou intensas discussões em torno dos índios e sua liberdade. Ademais, houve uma constante tensão entre nativos, religiosos e representantes do poder local em virtude do processo de conversão e das disputas por terras, que já aconteciam desde o momento em que os Capuchinhos franceses estiveram no Maranhão (ARENZ, 2010, p. 45-56).

Santirocchi nos afirma que nos séculos XV e XVI foram se desenvolvendo as relações e conflitos entre a Coroa e a Igreja, enquanto se constituía o Estado português. Nesse panorama, práticas e legislações de intervenção se formaram na ambiência eclesiástica. Não por acaso, foi também o período em que os reis portugueses, através de acordos com o papado, conquistaram o direito de padroado, seguindo um percurso constitutivo diferenciado em relação ao espanhol. Esse direito em Portugal origina-se de duas fontes: o padroado real e o da Ordem de Cristo. Ambos centralizados nas mãos dos reis quando o mestrado da referida Ordem foi ligado definitivamente ao monarca lusitano (SANTIROCCHI, 2013).

Todo esse processo levou os jesuítas a se tornarem grandes proprietários de fazendas de criação de gado e estabelecimentos agrícolas, tornando-se grandes produtores de farinha, algodão, açúcar e aguardente. Eram também produtores de sal, fabricavam tecidos de algodão e coletavam drogas do sertão. Tudo isso realizado através de mão-de-obra indígena sob a justificativa da catequização. Mas foi o padre Antônio Vieira o grande diferencial

“Soldados da Igreja”, cuja missão era combater a expansão do protestantismo e promover a conversão de pessoas ao catolicismo através da catequese, tendo como lema “para maior glória de Deus”.

Reduções – eram aldeamentos controlados por padres jesuítas com a finalidade de desenvolver o trabalho de disseminação de hábitos e de costumes europeus e a catequese. A redução era uma forma de retirar os índios de seu convívio comum e natural entre os nativos e lhes dar a oportunidade de se transformarem em bons cristãos.

naquela colônia precária e tardia. Foi ele o responsável pela fundação de mais de cinquenta aldeamentos ou missões.

Em 1652, o padre Antônio Vieira recebeu ordem da Companhia de Jesus para embarcar imediatamente com destino às Missões, o que representou uma guinada na vida do já famoso jesuíta. Junto com quinze jesuítas, o padre Antônio Vieira formou o núcleo inicial da ação missionária do norte da colônia portuguesa. Sua vinda para a América foi de suma importância, pois revitalizou o projeto das missões da Companhia de Jesus, além dele ter sido o grande articulador da defesa da liberdade dos índios (TAVARES, 1995, p. 58). A chegada do padre Antônio Vieira a São Luís do Maranhão, em 16 de janeiro de 1653 de imediato provocou uma grande inquietação entre os colonos. Eles temiam que o jesuíta restringisse o acesso à mão de obra indígena, a única disponível na época. Três dias após de sua vinda um alvará concedeu a liberdade a todos os índios cativos, essa medida fez eclodir uma revolta entre os moradores de Belém. Os colonos exigiram que o padre João de Souto Maior assinasse uma declaração reduzindo a margem de manobra dos jesuítas, limitando sua incumbência ao ensino da doutrina. Em resposta à agitação do povo, uma provisão régia de 17 de outubro daquele ano facilitou novamente as “guerras justas” contra os índios e, por consequência, sua escravização (ARENZ, 2015). Segundo esse autor, o objetivo primeiro da vinda de Vieira era assumir a Missão do Maranhão que estava estagnada desde o naufrágio do primeiro superior Luís Figueira e das investidas holandesas no litoral maranhense, no início dos anos 1640. Em 1652, a Coroa decidiu viabilizar economicamente as possessões no Maranhão e Grão-Pará, e confiou aos jesuítas um papel de destaque na catequização e na administração dos índios, cujos conhecimentos e braços eram imprescindíveis para a coleta das drogas do sertão, o cultivo das lavouras e os transportes no labirinto de rios, lagos e selvas.

Antônio Vieira, que serviu durante 20 anos como confidente do rei D. João IV, resolveu diante da resistência dos colonos voltar a Portugal para mobilizar as autoridades em favor de uma definição mais precisa da “liberdade dos índios”. Viveu grande parte de sua vida no Brasil e ficou conhecido pelo seu esforço em proteger os índios da escravização a que os colonos queriam submetê-los. Ao retornar à Europa, buscou novas leis sobre os indígenas que veio a resultar no alcance da Lei Régia de nove de abril de 1655, delegando o trabalho indígena sob total jurisdição dos jesuítas. Não por acaso, este fato desencadeou novamente vários conflitos entre religiosos e colonos. O objetivo daquele jesuíta foi a evangelização desses numerosos povos e por isso sugeriu uma série de medidas: exclusão dos capitães de assuntos indigenistas, presença obrigatória de um sacerdote em todas as expedições,

nomeação de “procuradores dos índios”, regulamento das condições e dos prazos de trabalho, inventário anual da mão de obra indígena e concentração dos nativos em aldeamentos sob a administração exclusiva dos padres da Companhia de Jesus (ARENZ). Portanto, possui um lugar privilegiado na História de Portugal e do Brasil, não só porque era um homem de ação-missionário incansável junto aos indígenas brasileiros, conselheiro de reis e vice-reis dos dois lados do Atlântico e diplomata nas mais importantes cortes europeias.

Vale reafirmar, comungando com Alcir que “A obrigação evangélica de ‘pregar a toda criatura’ era a base da visão que Vieira possuía do índio, ou seja, o esforço para a conversão é dever religioso inalienável do conhecimento de novos povos” (PÉCORA, 2005, p.83).

Para Vieira, o índio participa da Lei Divina, submetendo-se às relações do Estado Católico e à igreja. Esse nativo, também é feito à imagem e semelhança de Deus, por isso tem direito à liberdade. Portanto, o índio adquire um conjunto de direitos comuns aos súditos fieis e deve reconhecer um direito missionário natural, oriundo do mandado divino de pregação à toda criatura, que determina que nenhum povo age legitimamente ao impedir a pregação cristã entre sua gente (PÉCORA, 2005, p. 85).

Fica, porém, a questão se Vieira estava consciente da precariedade da Missão em si e da inviabilidade de suas ideias em meio a um ambiente altamente conflituoso e num espaço não ocupado. A intransigência frente aos colonos causou em grande parte, a insurreição de 1661 e a sua expulsão no mesmo ano. Mas continuou até sua morte, muito interessado na Missão (ARENZ, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Império Português ligou não só vários continentes numa rede de intercâmbios, como também ligou uma série de portos comerciais e pequenos povoados. Especialmente no Brasil, foram estabelecidos os colonatos e um vasto controle territorial. No decorrer dos séculos, diferentes colonatos e colônias mereceram lugar de destaque como principal possessão ultramarina.

No primeiro contato dos portugueses com os nativos as reações foram surpreendentes, e não podia ser diferente já que a divergência cultural era consideravelmente exacerbada. A ausência de vestimentas dos nativos e o excesso delas nos colonos causou tamanha estranheza, seguida dos comportamentos e da linguagem. Mas foram os missionários quem tiveram maior proximidade com os nativos e foram protagonistas de grandes conflitos com os colonos.

No Maranhão, por exemplo, várias batalhas jurídicas foram travadas entre colonos e jesuítas, a fim de que os primeiros garantissem a mão de obra, e os jesuítas assegurassem a “liberdade” dos índios, principalmente o padre Antônio Vieira, que lutou bravamente contra a escravidão indígena. Os conflitos entre colonos e jesuítas ocorreram por todo o tempo em que a Companhia de Jesus esteve atuando na América Portuguesa.

A ação missionária por meio da catequização tinha como foco principal, trazer o nativo para o catolicismo. Aceitar a fé católica significava não só a conversão, mas principalmente a introdução da cultura europeia na vida do nativo – aculturação.

Os missionários também tiveram grande importância no processo de formação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, e o domínio desse território nos séculos XVI e XVII. Porém, apesar do esforço das “empresas” privadas e da própria coroa portuguesa neste processo, as adversidades permaneceram. Conflitos com os indígenas, ameaças externas, dificuldades de mão de obra, a língua dos nativos, entre outros, eram obstáculos enfrentados pelos homens vindos do além mar. Percebemos que vários fatores influenciaram na persistência de conquista daquele espaço. Sem um delineamento satisfatório para a ocupação daquele espaço, o território português também foi alvo de muitas invasões. E como consequência das guerras em defesa dos territórios, foram formadas as primeiras capitânicas, umas Reais e outras privadas que permanecem até o século XVIII, formando assim o próprio Estado do Maranhão e Grão-Pará, o qual respondia diretamente a coroa, independente do

Estado do Brasil, visto que os caminhos por mar eram mais viáveis entre as capitâneas do Norte que entre a capital do Brasil.

Dentro do processo de formação de Estado do Maranhão e Grão-Pará, vale ressaltar a presença sistemática dos jesuítas no Maranhão. A presença dos missionários despertou fortemente a resistência dos colonos à sua permanência na região, pelo fato de temerem que os jesuítas dificultassem a escravidão dos indígenas. A presença emblemática do padre Antônio Vieira foi o grande diferencial naquela colônia precária e tardia, sendo ele o responsável pela fundação de mais de cinquenta aldeamentos ou missões, percorrendo o vasto território, visitando Belém do Pará, a Serra de Ibiapaba e diversas partes do Maranhão. O padre Antônio teve suma importância no processo das Missões no Maranhão e Grão-Pará. Com a sua chegada, a ação dos jesuítas tomou um grande impulso, intensificando-se cada vez mais na região. Ele efetuou inúmeras viagens para inspecionar o trabalho missionário da Companhia de Jesus e, a partir de suas observações, elaborou um plano de atuação para seus companheiros jesuítas na região.

Diante de inúmeras coisas, Vieira preocupava-se com a catequização dos índios considerados perigosos devido à forte resistência para com o trabalho missionário, bem como na criação dos aldeamentos no interior da região. Destacou-se na defesa da liberdade dos índios, além de grande intelectual e habilidoso negociador.

É impossível falar sobre os jesuítas sem fazer menção ao nome de Antônio Vieira, principalmente se for tratar de um representante da Companhia de Jesus com grande participação no processo missionário no território do Maranhão e Grão-Pará. Vieira foi o principal jesuíta luso-brasileiro do século XVII.

5 REFERÊNCIAS

ARENZ, Karl Heinz. **Mão de obra da fé**. Disponível em:

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/mao-de-obra-da-fe>. Acesso em: 25ago16.

_____. **Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe (1625-1698)**. Revista de Estudos Amazônicos. Vol. V, nº 1, 2010, p.25-78.

_____. **Missões jesuíticas no Maranhão e Grão-Pará**. Entrevista com Karl-Heinz Arenz publicada na edição 348 da IHU On-Line, de 25-10-2010. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5765&secao=458. Acesso em: 26ago16.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901

BEOZZO, José Oscar. **História da igreja Católica no Brasil**. [S.l.: s.n, s.d.]. Texto fotocopiado. p.120 a 176.

BETTENCOURT, Francisco; CURTO Diego Ramada. **A expansão marítima 1400 - 1500**. Lisboa: Edições 70, 2010. (Lugar da História).

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista do Sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.

CARDOSO, Alírio Carvalho. **Insubordinados, mas sempre devotos (1607 - 1653)**. Campinas, Dissertação de Mestrado, (História). UNICAMP, 2002.

_____. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**. Tese de doutorado em História, Universidade de Salamanca, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. 5. Imp. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

CUNHA, Ana Paula Macedo. **Engenhos e engenhocas: Atividades açucareiras no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)**. Belém. Dissertação de Mestrado, UFPA, 2009.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. São Paulo: Comissão de IV centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália / INL, Vol. 4, 1943.

MORAES, Marcus Vinicius e FERNANDES, Luís Estevam. **Renovação da História da América**. São Paulo, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de História Indígena e do Indigenismo. 2001. Tese (Livre Docência na Área de Etnologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

Ministério da Cultura. Carta de Pero Vaz de Caminha. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 26ago16.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. **Estado do Maranhão e Grão-Pará**: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PÉCORA, Alcir. **Vieira e a condução do índio ao corpo místico do Império Português (Maranhão, 1652-1661)**, 2005. In. COSTIGAN, Lúcia Helena. **Diálogos da Conversão: missionários, índios, negros e judeus no ibero-americano do período barroco**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuias no Brasil Colonial. Baurú, EDUSC, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Padroado e Legalismo no Brasil Independente**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de História. Departamento de História de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

SCHULTZ, Adilson. **Deus está presente – o diabo está no meio**. Tese de doutorado. São Leopoldo: EST, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. **Antônio Vieira**: Jesuíta do rei. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.